



www.gada.org.br

Planejamento Estratégico

2023

GRUPO DE AMPARO AO DOENTE DE AIDS - GADA

Apresentação

O GADA – Grupo de Amparo ao Doente de Aids, é uma Organização da Sociedade Civil, jurídica de direito privado, de caráter sociojurídico, defesa dos direitos humanos, desenvolvimento social, educacional, cultural e de saúde com duração indeterminada. Localizada na rua Voluntários de São Paulo 3398, centro, São José do Rio Preto, da região metropolitana de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, desde o dia 15 de julho de 1993, vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com aids, doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis, adolescentes em medidas sócio educativas, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência e família em situação de vulnerabilidade.

Os atendimentos acontecem na sede da organização e nas cidades da região metropolitana de São José do Rio Preto e de todo interior do Estado de São Paulo, incluindo Campinas, Vale do Paraíba, Guarulhos.

É importante pontuar que o GADA está presente também em outros municípios: Araraquara, Batatais, Franca, Ribeirão Preto, São Carlos, Sertãozinho, Taquaritinga, Araçatuba, Marília, Mirassol, Lins, Bauru, Botucatu, Iaras, Sorocaba, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Atibaia, Caraguatatuba, Jacareí, Guarulhos, Lorena e Taubaté.

Para efetivação de todo trabalho proposto o GADA dispõe de diversos parceiros dentre eles a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - é uma agência especializada das Nações Unidas, Fundação CASA, Ministério da Saúde e outras parcerias.

A entidade possui outros parceiros e está sempre na prospecção de novas parcerias em potencial para sua ampliação, assim, o presente documento é o Planejamento estratégico visa nortear os serviços e ações, assim como ações de para captação de recursos materiais, humanos e financeiros, para a manutenção, implementação e implantação de novos serviços para 2023.

Ideologia da OSC

Missão: Ser promotora na defesa dos direitos humanos, cidadania e no combate as desigualdades, fomentando a cidadania, desenvolvimento social, educacional, cultural e a melhoria na qualidade de vida da população de maior vulnerabilidade.

Visão: Ser referência na defesa dos direitos humanos, na promoção à cidadania, saúde e arte cultura para população de maior vulnerabilidade.

Valores: A paixão pela causa, o acolhimento, a igualdade, a cidadania, a transparência e a ética.

Justificativa

O GADA entidade do Terceiro Setor atua em diversas áreas do desenvolvimento social, direitos humanos, cidadania, advocacy, saúde e arte cultura, o público atendido por ela é marcado pela desigualdade social, pela falta de acesso aos insumos de saúde, falta de acesso às informações de prevenção, diagnóstico precoce, ao tratamento adequado prescrito pelo profissional de saúde, a proteção social e aos direitos básicos, insegurança alimentar e nutricional, por orientação sexual, identidade de gênero, ações de arte cultura e diversas violações de direitos humanos.

Para somar com os serviços e programas ofertados pelo Poder Público, pois esses são insuficientes para contemplar toda a população que necessita, o GADA busca oferecer diretamente aos seus associados juntamente com suas famílias, inclusão social, por meio de projetos que difundem os direitos humanos, o exercício da cidadania, acesso aos insumos de saúde, reduzir a insegurança alimentar, atendimento por uma equipe multiprofissional para pessoa idosa, crianças, adolescentes, PCD, portadores de doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis, oficinas de arte e cultura para adolescentes em medida socioeducativas.

Atualmente a entidade dispõe de uma equipe de 07 profissionais, em 2022 foram atendidos um contingente de 144 crianças e adolescentes, 340 pessoa idosa, 117 pessoas com deficiência, 165 LGBTQIA+ e 377 famílias.

Ciente do impacto positivo realizado na territorialidade de abrangência a entidade tem buscado expandir e diversificar as atividades e projetos, por meio da ampliação da equipe de colaboradores, voluntários, parceiros, melhorando ainda mais a qualificação profissional, a qualidade das instalações, os materiais didáticos e pedagógicos.

Em processo de "Análise, planejamento e criação de estratégias para captação de recursos físicos (dinheiro, doações de produtos, materiais didáticos e etc.) e humanos (trabalho voluntário e colaboradores); Formação e revisão anual dos parceiros, que auxiliam na promoção de serviços, atividades e ampliação da prestação de serviços." Sabe-se que há um número considerável de empresas, fundações e entidades dispostas a reverter o quadro existente de desigualdades sociais em nosso país, dessa forma o plano exposto busca direcionar este anseio para efetivar a missão da entidade que é ser promotora na defesa dos direitos humanos, cidadania e no combate as desigualdades, fomentando a cidadania, desenvolvimento social, educacional, cultural e a melhoria na qualidade de vida da população de maior vulnerabilidade, de crianças, adolescentes, pessoa idosa, PCD e pessoas com doenças crônicas transmissíveis e não transmissíveis e raras.

Objetivo Geral

Traçar estratégias práticas para a mobilização de recursos materiais, humanos e financeiros, garantindo à sustentabilidade, o aperfeiçoamento da governança, a reestruturação organizacional e bem como ampliar e implementar novos serviços ofertados.

Objetivos Específicos

- Implementar o Comitê de Captação de recursos;
- Reestruturação organizacional;
- Aperfeiçoamento da governança;
- Elaborar do Plano de marketing institucional;
- Construir uma base de doadores;
- Diversificar as fontes de recursos e reduzir a dependência de recursos governamentais;
- Implantar o CEDIPE – Centro de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas;
- Implantar o CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Implementar o Serviço de atendimento sócio jurídico de pessoas com doenças crônicas e raras;
- Participar do chamamento público da Fundação CASA da região de Campinas e do Vale do Paraíba e da região DRN e DRO, de promoção ao exercício pedagógico da experimentação das linguagens artísticas, por meio de oficinas culturais e atividades complementares, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
- Implementar o serviço de desenvolvimento social e segurança alimentar;
- Prospectar chamamentos públicos, privados e internacionais para implementação de serviços;
- Implantar e incorporar o conceito de sustentabilidade institucional;
- Fortalecer ações de transparência, governança e compliance.

Estrutura organizacional



Transparência

Sabendo que a prestação de contas é uma das diretrizes que precisam ser praticadas constantemente para proporcionar transparência na Gestão, o GADA possui aparato documental, demonstrando assim, comprovação da boa e regular utilização dos recursos financeiros recebidos, bem como da responsabilidade que lhes foi transferida, sejam por meio de recursos originados da sociedade, da iniciativa privada ou do poder público. Soma-se também a condução das relações o Código de Ética do GADA objetivando: Total honestidade e integridade dos colaboradores; Atender a todas as exigências legais; Evitar o surgimento do conflito de interesse; Cooperação integral da equipe com qualquer investigação relacionada com o Código de Ética, compliance. Dessa forma, os profissionais responsáveis pela mobilização de recursos preconizarão sempre:

- Informação sobre a missão da organização, sobre como pretende utilizar os recursos doados e sobre sua capacidade de usar as doações;
- Respeito incondicional a legislação vigente;
- A transparência nas informações, documentos comprobatório de receitas e despesas estarão disponíveis para Auditoria Interna e Externa;
- As informações sobre a captação estarão no Relatório Anual de Atividades e Sustentabilidade 2023, disponível do site oficial da entidade;
- Que o doador receba informações precisas sobre a administração dos recursos, e havendo quaisquer alterações no uso e destinações dos mesmos serão repassadas por escrito ao doador;

- Divulgação pública dos resultados obtidos pela organização com a aplicação dos recursos, por meio de documento que contenha informações avalizadas por auditores independentes;
- Repassar informações completas sobre os integrantes da equipe de mobilização de recursos, bem como da Diretoria e Conselho Fiscal que requisitam os recursos;
- Acesso a mais recente demonstração financeira anual da organização;
- Recebimento de reconhecimento apropriado;
- Garantia de que qualquer informação sobre sua doação será tratada com respeito e confidencialidade, não podendo ser divulgada sem prévia aprovação.

Metas

Meta I - Captar recursos para implementação de serviço de atendimento especializado para pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras de São José do Rio Preto – SP.

- Atendimento multidisciplinar para 480 pessoas por ano, ou 40 atendimentos mensais.
- Meta financeira anual R\$ 84.000,00
- Meta financeira mensal R\$ 7.000,00
- Prazo: anual 2023

Meta II – Captar recursos para garantir a segurança alimentar e nutricional e o acesso à alimentação para 240 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social em São José do Rio Preto – SP.

- Meta financeira anual R\$ 24.000,00
- Meta financeira mensal R\$ 2.000,00
- Prazo: anual 2023

Meta III – Promover o exercício pedagógico da experimentação das linguagens artísticas, por meio de oficinas culturais e atividades complementares, que contribuam na construção humana e social de 600 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas Divisões Regional Metropolitana Campinas e Divisão Regional Vale do Paraíba, implantação em janeiro de 2023.

- Atividades artísticas culturais para 7.200 adolescentes por ano, ou 600 atendimentos mensais.
- Meta financeira anual R\$ 2.809.071,36
- Meta financeira mensal R\$ 234.089,28.
- Prazo: anual 2023.

Meta IV – Captar recursos para implementar o desenvolvimento institucional, comitê de captação, plano de comunicação e marketing e a reestruturação institucional para garantir a sustentabilidade da instituição.

- Implantar e implementar ações em desenvolvimento institucional, plano de comunicação e marketing e sustentabilidade institucional para garantir a manutenção e ampliação de serviços.
- Meta financeira anual R\$ 72.000,00
- Meta financeira mensal R\$ 6.000,00
- Prazo: Anual 2023

Meta V - Captar recursos para implantação do CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de São José do Rio Preto - SP.

- Atendimento multidisciplinar para 360 pessoas por ano, ou 30 atendimentos mensais.
- Meta financeira anual R\$ 144.000,00
- Meta financeira mensal R\$ 12.000,00
- Prazo: Anual 2023

Meta VI - Captar recursos para implantação do CEDEPI Centro de Defesa das Pessoas Idosas de São José do Rio Preto – SP.

- Atendimento multidisciplinar para 360 pessoas por ano, ou 30 atendimentos mensais.
- Meta financeira anual R\$ 120.000,00
- Meta financeira mensal R\$ 10.000,00
- Prazo: Anual 2023

Estratégias e ações

Meta I - Captar recursos para implementação de serviço de atendimento especializado para 480 pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras de São José do Rio Preto - SP.

Objetivo geral: Garantir a defesa e a promoção dos direitos das pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras, por meio de atendimento especializado multidisciplinar, combatendo qualquer tipo de violação e reduzindo a vulnerabilidade e o risco social, através da implantação do Serviço de atendimento de defesa e garantia dos direitos das pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras de São Jose Do Rio Preto – SP.

Objetivos Específicos: Garantir que pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras em situação de vulnerabilidade, vítima de violação de direitos, sejam acolhidas e atendidas por uma equipe especializada sociojurídico visando à proteção aos seus direitos, garantindo o acesso aos insumos de saúde, na perspectiva do direito à saúde e a vida.

Justificativa: Para garantir a oferta de atendimento especializado multidisciplinar para as pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras, em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violações de direitos, o projeto tem como proposta a implantação de um serviço de atendimento psicossocial e jurídico aos idosos e pessoas com

doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras de São José do Rio Preto. Para isso propomos esse projeto que além do atendimento especializado multidisciplinar que contemple: Infraestrutura física adequada, acolhimento humanizado, registro informatizado, articulação com os serviços de atendimento e defesa dos direitos das pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras. Ressaltamos que o único órgão que presta atendimento de defesa e garantia de direito de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis e doenças raras é a defensoria pública do Estado de SP, contudo, tal atendimento além de não ser especializado e específico, pois atende o público em geral, ainda apresenta uma restrição de acesso, pois impõe a hipossuficiência familiar e não per capita para a prestação do serviço, em que acaba por excluir ou não universalizar tal atendimento. Por demanda espontânea e indicação de diversos serviços públicos e privados.

Coordenador: Dr.º Rogério Vinicius dos Santos

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura.

Valor estimado: R\$ 180.000,00 anual e R\$ 15.000,00 mensal.

Meta II – Captar recursos para garantir a segurança alimentar e nutricional e o acesso à alimentação para 240 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social em São José do Rio Preto – SP.

Objetivo Geral: Garantir a segurança alimentar e nutricional para 240 pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, com base nos dados do cadastro único disponibilizado em consulta simplificada.

Objetivos Específicos: Garantir o acesso ao auxílio nutricional eventual/emergencial; Disponibilizar o auxílio nutricional, e estabilidade na provisão do auxílio nutricional.

Justificativa: O I VIGISAN, conduzido no final de 2020 pela Rede PENSSAN e parceiros, revelou que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em condições de Insegurança Alimentar (IA) e 9,0% conviviam com a fome. Mais do que efeitos da crise sanitária da Covid-19, tais restrições de acesso à alimentação expunham um quadro preocupante de deterioração socioeconômica e profundas desigualdades na sociedade brasileira, anterior à pandemia e agravado por ela. Esse quadro persistiu em 2021, com desemprego elevado, precarização do trabalho, perda de direitos sociais e queda do poder aquisitivo – enquanto a Covid-19 seguia ceifando vidas às centenas de milhares, num ritmo aterrorizante, chegando a mais de 660 mil mortes em abril de 2022 – fatos que revelaram para a sociedade brasileira uma autoimagem desconcertante, expressa em mazelas que se agravam e se renovam. Nesse sentido, níveis alarmantes de IA e de fome integram o contexto de crises que seguem vulnerabilizando um crescente contingente populacional, agora incorporando segmentos das camadas médias antes socialmente mais protegidas. Por outro lado, ao avanço desse ambiente de degradação social se juntaram os progressivos processos de desmonte de políticas públicas e a fragilização das instituições que formam a rede de proteção social, tanto no campo da alimentação, como no de outras condições exigidas para que se tenha uma vida digna e saudável. Ao longo dos últimos anos, o povo brasileiro vem empobrecendo progressivamente e enfrentando as consequências da precarização da vida, sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado. O resultado da combinação desses fatores teve reflexos claros na capacidade de acesso à alimentação suficiente e adequada pelas famílias brasileiras e constitui violação do preceito constitucional no Brasil relativo ao direito humano à alimentação adequada. São 125,2 milhões de pessoas em IA e mais de 33 milhões em

situação de fome, expressa pela IA grave. **Fonte:** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN)

Coordenador: Elisa F. J. Zacarias

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura.

Valor estimado: R\$ 36.000,00 anual e R\$ 3.000,00 mensal.

Meta III – Promover o exercício pedagógico da experimentação das linguagens artísticas, por meio de oficinas culturais e atividades complementares, que contribuam na construção humana e social de 600 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nas Divisões Regional Metropolitana Campinas e Divisão Regional Vale do Paraíba.

Objetivo Geral: Promover o exercício pedagógico da experimentação das linguagens artísticas, por meio de oficinas culturais e atividades complementares, que contribuam na construção humana e social de 600 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Objetivos Específicos: Propiciar aos alunos diferentes possibilidades de leitura e expressão com as linguagens artísticas: escrita, sonora, plástica, corporal e outras; Auxiliar na educação integral do adolescente promovendo a percepção crítica e a experimentação artística, estimulando o desenvolvimento das potencialidades das diferentes dimensões do ser humano, a saber, dimensão corporal-física, dimensão imaginativa-afetiva e dimensão lógico-simbólica em suas expressões pessoais e coletivas; Aprofundar a capacidade de observação, expressão e criação, materializando-se em propostas de transformação e melhoria da qualidade de vida.

Justificativa: As ações pedagógicas do nosso projeto vão ao encontro dos Princípios e Marco Legal do SINASE, entre os quais se destacam: "inclusão social de modo mais célere possível" dos adolescentes e, "principalmente o seu pleno desenvolvimento como pessoa", "rede integrada de atendimento", "descentralização político-administrativa", "discussão aprofundada e contínua com a população em geral. Os aspectos metodológicos do nosso projeto também se vinculam aos Parâmetros da Gestão Pedagógica do SINASE, que diz: "O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. (...) Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas (...) devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso a formação de valores para a participação na vida social". Desta forma, como participantes de uma aliança estratégica, compartilhamos as Diretrizes Pedagógicas do SINASE, especificamente nos pontos, a saber: participação dos adolescentes na construção, monitoramento e avaliação das ações; respeito à singularidade do adolescente; presença educativa e exemplaridade; exigência e compreensão na relação educador/educando; diretividade na ação; disciplina; socialização das informações entre membros da equipe de trabalho, parceiros e colaboradores; abordagem de questões sobre diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; incentivo da participação da família e comunidade; formação continuada dos agentes socioeducativos.

Coordenador: Neimar Leonardo dos Santos.

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura, São José do Rio Preto, Campinas, Laranjeiras, Limeira, Manacá da Serra, Mogi Mirim, Piracicaba, Tapajós, Atibaia, Caraguatatuba, Guarulhos, Itaquá, Jacareí, Lorena, Guayi, Arujá, Tamoios.

Valor estimado: R\$ 2.809.071,36 anual e R\$ 234.089,28 mensal em 2023.

Meta IV – Captar recursos para implementar o desenvolvimento institucional, plano de comunicação e marketing e a reestruturação institucional para garantir a sustentabilidade da instituição.

Objetivo Geral: Implantar e instrumentalizar um planejamento de desenvolvimento institucional e gestão que considera a identidade da Instituição, com foco na missão, causa e valores a que se propõe e orientam suas ações, a sua estrutura organizacional, transparência, compliance.

Objetivos Específicos: Elaborar o Plano de comunicação e marketing na perspectiva da sustentabilidade institucional; Elaborar o Planejamento estratégico; Elaborar o Plano Anual de Captação de Recursos.

Justificativa: Para alcançarem a sustentabilidade financeira, as organizações devem atentar aos incentivos fiscais, que representam somente 20% do valor aportado pelas empresas. Para muitas OSCs, esse tema costuma a ser um empecilho em razão de sua complexidade. “As organizações têm sofrido com alterações constantes, duvidosas e arbitrárias nas regras para o setor”, comenta a procuradora e secretária adjunta da Câmara Municipal de São Paulo, Maria Nazaré Lins Barbosa, integrante da Comissão de Terceiro Setor da OAB/SP.

Para reduzir as dificuldades impostas às organizações na busca por recursos e estimular a diversificação de fontes, “O marco regulatório para o Terceiro Setor poderia ser completamente revisado priorizando-se a visão de gestão, governança e transparência das entidades. Essa revisão poderia levar em consideração a reestruturação de toda a legislação do setor, criando o Estatuto do Terceiro Setor nos moldes do Estatuto da Pequena e Média Empresa, com definições claras sobre atividades, certificações, prestações de contas e gestão das entidades do Terceiro Setor”. Enquanto não se define um novo marco regulatório mais amplo, percebe-se que o aprovado recentemente é apenas parte do marco necessário, que se preocupa com a relação do governo federal com as OSCs, representando pequena parcela do setor – cerca de 20% das OSCs têm verba do governo –, que, embora importante, ainda não é a solução desejada.

Compreendem-se as preocupações do governo federal com a transparência na transferência de recursos para o Terceiro Setor, porém não se pode esquecer que a minoria das OSCs (menos de 0,05%) foi responsável por escândalos veiculados pela imprensa e que a maioria das organizações é séria e presta contas com relativa qualidade. O Terceiro Setor movimenta mais de R\$ 100 bilhões anualmente, representando cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), e merece mais atenção por parte das autoridades.

Coordenador: Júlio Cesar F Caetano

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura.

Valor estimado: R\$ 72.000,00 anual e R\$ 6.000,00 mensal.

Meta V - Captar recursos para implantação do CEDECA – Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de São José do Rio Preto - SP.

Objetivo geral: Promover a proteção e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, cujos serviços são através de equipe técnica multidisciplinar nos atendimentos psicossociais e sociojurídico em São José do Rio Preto – SP.

Objetivos Específicos: Garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vítima de violação de direitos, sejam acolhidas e atendidas por uma equipe multidisciplinar das áreas jurídica, social e psicológica visando à proteção aos seus direitos, acesso a cidadania e a mediação de conflitos, de forma articulada com a rede.

Justificativa: Em 2001 a Secretaria Municipal de Saúde por meio do núcleo de prevenção em violências e promoção de saúde passa a monitorar as notificações compulsórias dos casos suspeitos ou confirmados de maus tratos contra a criança e o adolescente pelos profissionais de saúde conveniados ao Sistema Único de Saúde, e seu encaminhamento aos Conselhos Tutelares, casos notificados: 2001 – 38 casos notificados, 2002 – 36 casos notificados, 2003 – 175 casos notificados, 2004 – 245 casos notificados, 2005 – 209 casos notificados, 2006 – 200 casos notificados, 2007 – 317 casos notificados de maus tratos a criança e ao adolescente. Em 2006 foram notificados 4.664 casos de morbidade em crianças e adolescentes de 00 a 19 anos, alta prevalência em morbidade das doenças do aparelho respiratório 1.115 casos e gravidez parto e puerpério 876 casos e 234 casos de morbidade (óbitos) na mesma faixa etária. Outro dado importante é causa de mortalidade morbidade de causas externas em crianças e jovens de 00 a 29 anos no ano de 2006 128 casos e de 2000 a 2006 foram 1.694 casos de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) em adolescentes de 12 a 24 anos. Crianças de 00 a 12 com Aids têm 98 casos notificados e em adolescentes e jovens de 13 a 29 anos foram 1.483 casos de HIV/Aids, segundo dados do SIM – (Sistema de Informações Mortalidade) e SINAN da Secretaria Municipal de Saúde e Higiene de São José do Rio Preto/SP. Em levantamento feito junto aos conselhos tutelares norte e sul sobre as principais violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, constatamos um déficit de vagas em creches para 700 crianças, 2.400 crianças e adolescentes sofrem maus tratos e/ou abuso sexual, e em torno de 1.200 adolescentes são autores de atos infracionais relacionados ao uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas e passam por medidas sócias educativas. Outra informação é a existência de mais de 30 (Trinta) loteamentos irregulares que não possuem infraestrutura tais como: água encanada tratada, esgoto, coleta de lixo, rua asfaltada, linha de ônibus urbano, posto de saúde, creche, escolas etc., ou seja, as crianças e adolescentes estão com seus direitos violados constantemente violados.

Coordenador: Dr.º Matheus José Theodoro

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura.

Valor estimado: R\$ 130.000,00 anual e R\$ 13.000,00 mensal.

Meta VI - Captar recursos para implantação do CEDEPI Centro de Defesa das Pessoas Idosas de São José do Rio Preto – SP.

Objetivo geral: Promover a proteção e a defesa dos direitos da pessoa idosa, cujos serviços são através de equipe técnica multidisciplinar nos atendimentos psicossociais e sociojurídico em São José do Rio Preto – SP.

Objetivos Específicos: Garantir as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, vítima de violação de direitos, sejam acolhidas e atendidas por uma equipe multidisciplinar das áreas jurídica, social e psicológica visando à proteção aos seus direitos, acesso a cidadania e a mediação de conflitos, de forma articulada com a rede.

Justificativa: Para garantir a oferta de atendimento especializado multidisciplinar a idosos (as) em situação de vulnerabilidade social e vítimas de violações de direitos, o serviço acima citado tem como proposta a implantação de um serviço de atendimento psicossocial e jurídico aos (as) idosos (as) de São José do Rio Preto. Para isso propomos esse serviço que além do atendimento especializado multidisciplinar que contemple: Infraestrutura física adequada, acolhimento humanizado, registro informatizado, articulação com os serviços de atendimento e defesa dos direitos dos (as) idosos (as).

O município cresceu de forma muito rápida e desordenada, principalmente nas regiões periféricas e a política de habitação não acompanhou este crescimento, e hoje temos em torno de 29 loteamentos irregulares com uma população estimada em 16.000 pessoas, a maioria sem nenhuma rede socioassistencial de apoio, algumas sem nenhuma estrutura de comércio e sem rede de saneamento básico e distante da rede pública de saúde.

Ressaltamos que o único órgão que presta atendimento de defesa e garantia de direito dos (as) idosos (as) é a defensoria pública do Estado de SP, contudo, tal atendimento além de não ser especializado e específico, pois atende o público em geral, ainda apresenta uma restrição de acesso, pois impõe a hipossuficiência familiar e não per capita para a prestação do serviço, em que acaba por excluir ou não universalizar tal atendimento.

Coordenador: Dr.º Rogério Vinicius dos Santos

Local: Sede da Instituição com toda infraestrutura.

Valor estimado: R\$ 100.000,00 anual e R\$ 10.000,00 mensal.

São José do Rio Preto, 02 de dezembro de 2022.



Juciara Aparecida Diniz
Presidente